

Novaterra Agroinvestimentos S/A
Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Sumário

1	Contexto operacional	11
2	Relação de entidades controladas	12
3	Base de preparação	12
4	Moeda funcional e moeda de apresentação	13
5	Uso de estimativas e julgamentos	13
6	Base de mensuração	14
7	Principais políticas contábeis	14
8	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	24
9	Caixa e equivalentes de caixa	25
10	Contas a receber e outros recebíveis	25
11	Investimentos	26
12	Propriedades para investimento	28
13	Imobilizado	28
14	Fornecedores	29
15	Outras contas a pagar	29
16	Outras obrigações	29
17	Provisão para demandas judiciais	29
18	Patrimônio líquido	30
19	Instrumentos financeiros	31
20	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	34
21	Receita operacional líquida	35
22	Administrativas e gerais	36
23	Outras receitas e despesas operacionais	36
24	Financeiras líquidas	37
25	Partes relacionadas	37

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
NOVATERRA AGROINVESTIMENTOS S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Novaterra Agroinvestimentos S/A** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Novaterra Agroinvestimentos S/A** em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, apresentada para fins de comparação, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

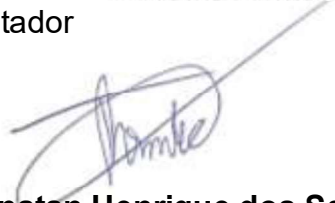
São Paulo, 12 de junho de 2026.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0

Contador



Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0

Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Novaterra Agroinvestimentos S/A

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

[illegible]

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novaterra Agroinvestimentos S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		2026	2026	2025
			(Não auditado)	
Receita operacional líquida	21	4.233	-	-
Lucro bruto		4.233	-	-
Administrativas e gerais	22	(867)	(42)	(2)
Outras receitas e despesas operacionais	23	(49)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		3.317	(42)	(2)
Receitas financeiras	24	701	46	-
Despesas financeiras	24	(37)	(2)	-
Financeiras líquidas		664	44	-
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	11	(59)	2.988	-
Lucro antes dos impostos		3.922	2.990	(2)
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.a	(41)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	(773)	-	-
		(814)	-	-
Lucro líquido do exercício		3.108	2.990	(2)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores		2.990	2.990	(2)
Acionistas não controladores		118	-	-
Lucro líquido do exercício		3.108	2.990	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novaterra Agroinvestimentos S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	3.108	2.990	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.108</u>	<u>2.990</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novaterra Agroinvestimentos S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros							
			Reservas de reavaliação em controladas	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores
Saldos em 31 de março de 2024 (Não auditado)	Nota Capital social	18	1	-	-	-	(75)	-	(74)	-
Pegunzo líquido do exercício			-	-	-	-	(2)	-	(2)	-
Saldos em 31 de março de 2025 - (Não auditado)		18	1	-	-	-	(77)	-	(76)	-
Aumento de capital social conforme AGE de 14 de outubro de 2025		18.1	820	-	-	-	-	-	820	-
Cisão Parcial conforme AGE de 01 de dezembro de 2025		1.2	47.500	13.649	55.200	125.406	-	-	251.255	7.493
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	2.990	-	2.990	(118)
Destinações do lucro exercício:										
Reserva Legal		18.3	-	-	-	-	(146)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		18.5	-	-	-	-	(692)	-	(692)	-
Dividendos adicionais propostos		18.5	-	-	-	-	(2.075)	2.075	-	-
Saldos em 31 de março de 2026		18	48.321	13.649	55.200	125.406	-	2.075	254.297	7.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novaterra Agroinvestimentos S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Consolidado	Controladora	
	Nota	2026	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(Não auditado)	
Lucro líquido do exercício		3.108	2.990	(2)
Ajuste para:				
Depreciação do imobilizado	13	6	-	-
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	11	59	(2.988)	-
Variações cambiais, monetárias, encargos financeiros		(61)	-	-
Resultado na venda de ativos imobilizado e intangível		1.584	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.a	41	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	773	-	-
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) ou diminuição dos ativos				
Contas a receber		(4)	-	-
Estoques		-	-	-
Impostos a recuperar		(134)	-	-
Outras contas a receber		1.580	-	-
Aumento ou (diminuição) dos passivos				
Fornecedores e Outras contas a pagar		5.199	5	2
Salários e férias a pagar		5	-	-
Impostos, contribuições a recolher e parcelamentos		82	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2)	(2)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.236	5	-
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	13	(425)	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas (proveniente das) atividades de investimentos		(425)	-	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Aumento de capital social	18.1	820	820	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		820	820	-
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		12.631	825	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de abril		1	1	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		12.632	826	1
		12.631	825	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Novaterra Agroinvestimentos S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, domiciliada no Brasil, com escritório na Fazenda São João, s/nº, Caixa postal 13, Zona Rural, na cidade de Araras, Estado de São Paulo. As atividades da Companhia compreendem participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia-quotista ou acionista, a administração, compra e venda de imóveis próprios.

1.1 Mudanças do controle societário da Companhia

Em 25 de novembro de 2025, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre as controladoras da Companhia, denominadas vendedores, elas transferiram de forma irrevogável a integralidade de suas ações ordinárias às pessoas físicas, denominadas compradores, no valor total de R\$ 821, sendo um total de 82.110.195 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

1.2 Aquisição de investimento via Cisão Parcial

Em 1 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deliberou e aprovou a cisão parcial da Companhia USJ - Administração e Participações S.A, com a finalidade de promover a reestruturação societária do Grupo Econômico. A parcela do patrimônio cindido foi vertida para a Companhia (sucessora). A operação foi fundamentada em laudo de avaliação técnica, elaborado por especialistas independentes, tomando como referência os saldos contábeis.

Acervo líquido	01/12/2025
Capital social	47.500
Reserva Legal	9.500
Reservas de reavaliação	13.649
Reservas de lucros a realizar	55.200
Ajuste de avaliação patrimonial	125.406
Total do acervo líquido	251.255

Nesta mesma operação, foram transferidos para a Companhia diversos investimentos, dos quais a Companhia passa a ser controladora. Todos os investimentos vertidos e seus percentuais de participação estão descritos na Nota Explicativa 2.

1.3 Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/26. O novo modelo substituirá gradualmente ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS pelos tributos IBS, CBS e IS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando forem divulgadas as alíquotas efetivas e a entrada em vigor dos tributos.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem a consolidação das seguintes controladas, a aquisição destes investimentos descritos na Nota Explicativa 1.2, as participações societárias estão destacadas abaixo:

Entidade	Cidade / Estado (Matriz)	Encerramento do exercício social		Participação acionária			
				2026		2025	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	São Paulo/SP	31.03.2026	Controlada	99,99%	0,00%	0,00%	0,00%
Agro Pecuária Campo Alto S/A	São Paulo/SP	31.03.2026	Controlada	99,29%	0,00%	0,00%	0,00%
Companhia Agrícola São Jerônimo	São Paulo/SP	31.03.2026	Controlada	2,96%	87,61%	0,00%	0,00%
São João Participações S/A	São Paulo/SP	31.03.2026	Controlada	99,23%	0,00%	0,00%	0,00%

2.1 Agro Pecuária Nova Louzã S/A

A Agro Pecuária Nova Louzã S/A é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na Rua Haddock Lobo, nº 746, 6º andar, sala 5, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que atua principalmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola junto à Companhia U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo (Consecana).

2.2 Agro Pecuária Campo Alto S/A

A Agro Pecuária Campo Alto S/A é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na Rua Haddock Lobo, nº 746, 6º andar, sala 3, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que atua principalmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola junto à Companhia U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo (Consecana).

2.3 Companhia Agrícola São Jerônimo

A Companhia Agrícola São Jerônimo é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na Rua Haddock Lobo, nº 746, 6º andar, sala 4, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que atua principalmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola junto à Companhia U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo (Consecana).

2.4 São João Participações S/A

A São João Participações S/A é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, domiciliada no Brasil com escritório na Rua Haddock Lobo, 746 – 6º andar, sala 6, Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Companhia compreendem participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia-quotista ou acionista, a administração, compra e venda de imóveis próprios.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG))

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia e sua controlada confirmam que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e sua controlada estão apresentados na Nota Explicativa nº 7.

3.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026 foram preparadas e estão sendo apresentadas pela primeira vez pela Companhia de forma consolidada (conforme descrito na Nota Explicativa 1.2), em conformidade com a norma contábil NBCTG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para fins de atendimento às exigências de comparabilidade estabelecidas pela norma contábil NBCTG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Companhia estruturou suas demonstrações financeiras da seguinte forma:

- **Exercício findo em 31 de março de 2026:** Apresenta a posição patrimonial consolidada em 31 de março de 2026. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidadas incluem os saldos e transações das Controladas, conforme descritos na Nota Explicativa 2, exclusivamente a partir da data em que o controle foi efetivamente obtido, ou seja, em 1 de dezembro de 2025 até o encerramento do exercício (Consolidação descrita na Nota Explicativa 7.1).

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando aplicáveis, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7.6 (ii) – Vida útil do ativo imobilizado; e

Nota explicativa nº 20 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Diretoria Executiva.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como serviços de preços, forem utilizadas para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das NBC TGs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Risco da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo indicação ao contrário.

7.1 Base de consolidação

(i) *Controladas*

A Companhia e sua controlada controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Participação de acionistas não controladores*

A Companhia e sua controlada elegeram mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia e de sua controlada em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) *Perda de controle*

Quando da perda de controle, a Companhia e sua controlada desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e sua controlada retêm qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia e de sua controlada em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e sua controlada, direta ou indiretamente, tenham influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e sua controlada possuem controle compartilhado, em que a Companhia e sua controlada têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e sua controlada no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias; e
Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

7.2 Receita operacional

(i) *Venda de produtos*

A receita operacional da controlada é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções e impostos sobre vendas.

A Companhia e sua controlada transferem os riscos e benefícios de suas modalidades de acordo com o descrito a seguir:

(ii) *Vendas de cana-de-açúcar no mercado interno*

As vendas de cana-de-açúcar da controlada são feitas em regime de parceria agrícola junto à U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Consecana – Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo.

7.3 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos e todas as despesas atribuíveis à captação e manutenção dos financiamentos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.4 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota explicativa nº 19). No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros

resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisões para perdas em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor entrar em falência ou recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e, então, para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

7.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Classe de imobilizado	Vidas úteis
Edifícios	40 anos
Terrenos e propriedades	0 ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7.7 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são representadas por imóveis rurais mantidos para auferir rendimentos em arrendamento.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

As propriedades para investimento em construção são reconhecidas pelo custo de construção.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia e sua controlada contabilizam a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para

imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada indireta Companhia Agrícola São Jerônimo optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1 de janeiro de 2015. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de cana-de-açúcar. A partir de 1 de janeiro de 2026, a receita bruta que ultrapassar R\$ 1.250 no trimestre sofrerá um acréscimo de 10% na alíquota de presunção do imposto de renda. Para a contribuição social, o acréscimo terá vigência a partir de 1 de abril de 2026, e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; e Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia e sua controlada sejam capazes de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas em um futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

7.9 Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia e sua controlada são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 / NBC TG 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtotais padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

c) Alterações à IFRS 9 / NBC TG 48 e à IFRS 7 / NBC TG 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas.

A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

d) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Caixa e bancos	41	6	1
Aplicações financeiras equivalentes a caixa	12.591	820	-
	12.632	826	1

A Companhia e sua controlada consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência.

a) Certificados de Depósitos Interbancários:

Percentual de remuneração à taxa CDI	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
97%	1.291	820	-
100%	9.977	-	-
Acima de 100%	1.323	-	-
	12.591	820	-

As aplicações financeiras, quando existentes, são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 19.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	Consolidado	Controladora	
	2026	2026	2025
Outras vendas	163	-	-
Adiantamento à Copersucar	95	-	-
Vendas de outros produtos e serviços	4.488	-	-
Outros créditos a receber de outras obrigações	7.782	3.710	-
	12.528	3.710	-
Circulante	2.171	3.710	-
Não circulante	10.357	-	-

11 Investimentos

11.1 Composição dos saldos

a. Composição dos saldos - consolidado

Outros Investimentos	2026	2025
CTC - Centro Tecnológico Canavieiro S/A	2.686	-
Outros investimentos	2	-
	2.688	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada	2026	2025
USJ - Mineração e Comércio Ltda.	(2.275)	-
Imobiliária São João S/A	(485)	-
	(2.760)	-

b. Composição dos saldos - controladora

Investimentos em Companhias do Grupo	2026	2025
São João Participações S/A	60.492	-
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	44.871	-
Agro Pecuária Campo Alto S/A	143.254	-
Companhia Agrícola São Jerônimo	1.990	-
	250.607	-
Outros investimentos	2.686	-
CTC - Centro Tecnológico Canavieiro S/A	2.686	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada	2026	2025
USJ - Mineração e Comércio Ltda.	(2.275)	-
Imobiliária São João S/A	(485)	-
	(2.760)	-

11.2 Informações de Investimentos em Companhias do Grupo

Saldos na Controlada	São João Participações S/A	Agro Pecuária Nova Louzã S/A	Agro Pecuária Campo Alto S/A	Companhia Agrícola São Jerônimo
Ativos totais	61.277	50.700	172.166	88.962
Passivos totais	315	5.830	27.888	22.727
Capital social integralizado	4.201	42.112	8.993	3.426
Patrimônio líquido em 31 de março de 2026	60.962	44.870	144.278	67.235
Receita operacional líquida	-	-	2.799	1.435
Resultado do exercício	996	607	1.427	1.141
Participação %	99,23%	100,00%	99,29%	2,96%

11.3 Movimentação de Investimentos em Companhias do Grupo

Movimentação do investimento	São João Participações S/A	Agro Pecuária Nova Louzã S/A	Agro Pecuária Campo Alto S/A	Companhia Agrícola São Jerônimo	Total
Saldo em 01 de abril de 2024	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-
Aquisição de investimento cisão parcial (Nota Explicativa 1.2)	59.733	45.020	144.497	2.020	251.270
Resultado da equivalência patrimonial	988	607	1.418	34	3.047
Distribuição de dividendos	(229)	(756)	(2.661)	(64)	(3.710)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>60.492</u>	<u>44.871</u>	<u>143.254</u>	<u>1.990</u>	<u>250.607</u>

11.4 Informações das Companhias da provisão para passivo a descoberto em controlada

Saldos da Provisão para passivo a descoberto em controlada	USJ - Mineração e Comércio Ltda.	Imobiliária São João S/A
Ativos totais	-	19
Passivos totais	2.275	504
Capital social integralizado	173	52
Patrimônio líquido em 31 de março de 2026	(2.275)	(485)
Receita operacional líquida	-	-
Resultado do exercício	(211)	(8)
Participação %	100,00%	99,99%

11.5 Movimentação das Companhias da provisão para passivo a descoberto em controlada

Movimentação da Provisão para passivo a descoberto em controlada	USJ - Mineração e Comércio Ltda.	Imobiliária São João S/A	Total
Saldo em 01 de abril de 2024	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	-	-	-
Aquisição de investimento cisão parcial (Nota Explicativa 1.2)	(2.216)	(485)	(2.701)
Resultado da equivalência patrimonial	(59)	-	(59)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>(2.275)</u>	<u>(485)</u>	<u>(2.760)</u>

12 Propriedades para investimento

12.1 Conciliação do valor contábil - Consolidado

	Propriedade para investimento
Saldos em 01 de abril de 2024	-
Saldos em 31 de março de 2025	-
Cisão Parcial de investimento em controlada (Nota Explicativa nº 1.2)	24.047
Saldos em 31 de março de 2026	24.047

A administração e a governança da Companhia e suas controladas concluíram, mediante análise detalhada, que o Método do Custo proporciona informação mais relevante e confiável sobre os ativos e seus fluxos de caixa futuros. Esta conclusão se deve à dificuldade contínua de obter mensurações de valor justo confiáveis e esforço desproporcional.

13 Imobilizado

13.1 Custo e depreciação consolidados

Custo	Edifícios	Veículos	Outras imobilizações	Terrenos propriedades	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 01 de abril de 2024	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-	-
Adições Cisão parcial de investimentos (Nota Explicativa 1.2)	116	76	7	260.828	3	261.030
Adições	-	-	-	-	425	425
Baixas	-	-	-	(1.584)	-	(1.584)
Transferências	-	-	-	57	(57)	-
Saldos em 31 de março de 2026	116	76	7	259.301	371	259.871
Depreciação	Edifícios	Veículos	Outras imobilizações	Terrenos propriedades	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 01 de abril de 2024	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-	-
Adições Cisão parcial de investimentos (Nota Explicativa 1.2)	32	12	-	-	-	44
Adições	2	4	-	-	-	6
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	34	16	-	-	-	50
Valor contábil líquido						
Em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	82	60	7	259.301	371	259.821

13.2 Garantia

Os bens do ativo imobilizado da controlada Companhia Agrícola São Jerônimo foram concedidos em garantia de operações de diversas naturezas para a U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A e estão apresentados abaixo:

Modalidade do Financiamento	Garantia	Valores contábeis
Processos Jurídicos	Terrenos e Propriedades	9.662

14 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Fornecedores de materiais e serviços	127	-	-	-
Fornecedores de imobilizado	4.700	-	-	-
	<u>4.827</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

15 Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Retiradas societárias a pagar	36	-	-	-
Outras contas a pagar	413	77	82	77
	<u>449</u>	<u>77</u>	<u>82</u>	<u>77</u>

16 Outras obrigações

Consolidado

Classificação Outras Obrigações	Saldo em 31 de março de 2025	Adições Cisão parcial (Nota Explicativa 1.2)	Saldo em 31 de março de 2026
Obrigações com credores em 35 anos	-	902	902
	<u>-</u>	<u>902</u>	<u>902</u>

17 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas possuem contingências passivas trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, sem mensuração, com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

Consolidado	Trabalhista	Tributárias	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	210	5.192	10	8	5.420

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por 1000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor total de R\$ 1.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Em 14 de outubro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o desdobramento da totalidade das ações da Companhia e um aumento de capital social de R\$ 820 com emissão de novas ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 821, dividido em 82.110.195 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 47.500 de Capital Social da Companhia USJ – Administração e Participações S/A. Em decorrência da versão patrimonial, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 821 para R\$ 48.321, e passou de 82.110.195 ações ordinárias nominativas sem valor nominal para 4.832.110.195 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

18.2 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controlada (reflexa), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, e vem sendo realizada mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 13.649 de Reserva de reavaliação reflexa da Companhia USJ – Administração e Participações S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva de reavaliação da Companhia passou de zero para R\$ 13.649.

18.3 Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 9.5000 de Reserva legal da Companhia USJ – Administração e Participações S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva legal da Companhia passou de zero para R\$ 9.500. Em 31 de março de 2026, foi constituído o valor de R\$ 146 de reserva legal sobre o lucro do exercício, passando de R\$ 9.500 para de R\$ 9.646.

Reserva de lucros a realizar

No período em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia e controlada ou do artigo 202 da lei 6.404 de 1976, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do artigo 202 da lei 6.404 de 1976, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 55.200 de Reserva de lucros a realizar da Companhia USJ – Administração e Participações S/A. Em decorrência da versão patrimonial, a Reserva de lucros a realizar da Companhia passou de zero para R\$ 55.200.

18.4 Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado da controlada (reflexa) em decorrência da aplicação do pronunciamento técnico NBC TG 27, da interpretação técnica NBC TG 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Em 1 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada uma cisão parcial (Nota Explicativa 1.2), onde foi transferido o montante de R\$ 125.406 de Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia USJ – Administração e Participações S/A. Em decorrência da versão patrimonial, o Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia passou de zero para R\$ 125.406.

18.5 Dividendos e distribuição de lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, e demonstrado abaixo:

Descrição	Valor
Lucro líquido acumulado	2.913
Base de cálculo - saldo de lucros acumulados após o lucro líquido do exercício	2.913
(-) Reserva legal - 5%	(146)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios em 25%	(692)
Dividendos adicionais propostos	2.075

19 Instrumentos financeiros

19.1 Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

(iii) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando métodos de avaliação.

Consolidado - Saldo em 31 de março de 2026

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	12.591	-	-	12.591	-	12.591	12.591
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e bancos	-	41	-	41	-	-	-
Recebíveis	-	12.532	-	12.532	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	-	-	4.827	4.827	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	902	902	-	1	1
Passivos de arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	449	449	-	449	449

Controladora - Saldo em 31 de março de 2026

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	6	-	-	6	-	6	6
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e bancos	-	820	-	820	-	-	-
Recebíveis	-	3.710	-	3.710	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Outras contas a pagar	-	-	82	82	-	82	82

Controladora - Saldo em 31 de março de 2025

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	1	-	-	1	-	1	1
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Recebíveis	-	-	77	77	-	77	77

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito (i);
Risco de liquidez (ii); e
Risco de mercado (iii).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Visando à mitigação de alguns fatores de risco, a Companhia e sua controlada instituíram um Comitê de Gestão de Riscos, que é um grupo multidisciplinar e multidepartamental com as seguintes funções e responsabilidades:

Definir estratégias de proteção com metas claras e manuseáveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Companhia;
Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações, quando necessário;
Orientar, medir e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos;
Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde a um movimento de dólares americanos, açúcar e demais *commodities*; e
Reportar-se à Diretoria Estatutária sempre que convocado, prestando contas do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido nesse estatuto.

O Comitê de Gestão de Riscos da Companhia e sua controlada tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Diretoria da Companhia e sua controlada estabeleceu o Comitê de Gestão de Riscos como responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente à Diretoria da Companhia e sua controlada sobre suas atividades.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco em que a Companhia e sua controlada podem incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025.

Ativos financeiros		Consolidado	Controladora	
		2026	2026	2025
Caixa e bancos	9	41	6	1
Aplicações financeiras	9	12.591	820	-
Contas a receber		4	-	-
Recebíveis	10	12.528	3.710	-
		25.164	4.536	1

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e sua controlada detinham “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 12.632 em 31 de março de 2026 (R\$ 1 em 31 de março de 2025). O “Caixa e equivalentes de caixa” é mantido com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia e sua controlada possuem reduzido risco de crédito, pois sua principal operação realizada foi a venda de ativos imobilizados, mais especificamente, a venda de imóveis rurais, cuja transferência do bem somente acontecerá na quitação da dívida.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada podem encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

Consolidado - Saldo em 31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	4.827	4.827	4.827	-
Outras obrigações	902	902	-	902
Outras contas a pagar	449	449	449	-
Controladora - Saldo em 31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	Mais que 5 anos
Passivos				
Outras contas a pagar	82	82	82	-
Controladora - Saldo em 31 de março de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	Mais que 5 anos
Passivos				
Outras contas a pagar	77	77	77	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes diferentes, por tratar-se de operações com partes relacionadas.

(iv) **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	Consolidado
(a) Passivo fiscal corrente	2026
IRPJ	25
CSLL	16
	41

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. A Companhia e sua controlada reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

(b) Consolidado

	Saldo em 01 de abril de 2024	Saldo em 31 de março de 2025	Reconhecimento no resultado diferido	Cisão Parcial de investimento (Nota Explicativa nº 1.2)	Saldo em 31 de março de 2026
Ativo fiscal diferido					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	-	-	(528)	21.298	20.770
Base negativa da contribuição social	-	-	(245)	7.226	6.981
	-	-	(773)	28.524	27.751
	Saldo em 01 de abril de 2024	Saldo em 31 de março de 2025	Reconhecimento no resultado diferido	Cisão Parcial de investimento (Nota Explicativa nº 1.2)	Saldo em 31 de março de 2026
Passivo fiscal diferido					
Reserva de reavaliação e custo atribuído (NBC TG 27)	-	-	-	(68.566)	(68.566)
	-	-	-	(68.566)	(68.566)
Efeito líquido	-	-	(773)	(40.042)	(40.815)

Abaixo demonstramos a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados em 31 de março de 2026 por Companhia:

	Novaterra Agroinvestimentos S/A	São João Participações S/A	Agro Pecuária Nova Louzã S/A	Agro Pecuária Campo Alto S/A	Companhia Agrícola São Jerônimo	Consolidado
Prejuízos fiscais do imposto de renda	-	-	3.080	17.690	-	20.770
Base negativa da contribuição social	-	-	798	6.183	-	6.981
Reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-	-	(48.222)	(20.344)	(68.566)
	-	-	3.878	(24.349)	(20.344)	(40.815)
Total apresentado do ativo não circulante	-	-	3.878	-	-	3.878
Total apresentado do passivo não circulante	-	-	-	(24.349)	(20.344)	(44.693)
	-	-	3.878	(24.349)	(20.344)	(40.815)

A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado pode ser demonstrada por:

	Consolidado			
	2026		2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL correntes				
Cálculo do IRPJ e CSLL pelo lucro presumido				
Receita bruta de vendas de cana-de-açúcar	1.465	1.465	-	-
Alíquotas da presunção	8%	12%	8%	12%
	117	176	-	-
Outras receitas utilizadas 100% na base	59	59	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	176	235	-	-
Alíquotas vigentes aplicadas sobre a base de cálculo	15%	9%	15%	9%
Total de IRPJ e CSLL	26	21	-	-
Alíquota adicional de IRPJ (10%)	(6)	-	-	-
Total de IRPJ e CSLL presumidos	20	21	-	-
Total de IRPJ e CSLL presumidos no resultado do exercício	41	-		

A controlada optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1 de janeiro de 2015.

21 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na 7.2.

a. Fluxos da receita

A receita operacional líquida da sua controlada é composta pela parceria agrícola, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2026	2025
Venda de cana-de-açúcar	4.322	-
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(89)	-
Total da receita contábil	4.233	-

22 Administrativas e gerais

Despesas operacionais por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Despesa com pessoal	478	-	-	-
Serviços de terceiros	524	1	-	1
Auditoria, consultoria e assessoria	51	-	27	-
Depreciação e amortização	5	-	-	-
Impostos, taxas e multas	313	1	15	1
Aluguéis e arrendamentos	9	-	-	-
Materiais de uso e consumo	20	-	-	-
Reversão de provisões (i)	(533)	-	-	-
	867	2	42	2

Reconciliação das despesas operacionais classificadas por função:

Despesas com vendas

-	-	-	-
---	---	---	---

Administrativas e gerais

867	2	42	2
------------	----------	-----------	----------

(i) O total de R\$ 533 refere-se a provisões tributárias revertidas devido à extinção da probabilidade de se realizarem.

23 Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Receitas Operacionais				
Alienação de imobilizado	1.500	-	-	-
Aluguéis e arrendamento	22	-	-	-
Outras receitas operacionais	15	-	-	-
Total de outras receitas operacionais	1.537	-	-	-
Despesas Operacionais				
Custo das baixas de imobilizados	(1.584)	-	-	-
Tributos sobre outras receitas operacionais	(2)	-	-	-
Total de outras despesas operacionais	(1.586)	-	-	-
Resultado operacional líquido	(49)	-	-	-

24 Financeiras líquidas

Financeiras líquidas	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Receitas financeiras				
Juros aplicações financeiras	639	-	46	-
Juros demais operações e descontos financeiros	58	-	-	-
Variação monetária ativa	4	-	-	-
	701	-	46	-
Despesas financeiras				
Juros a fornecedores	(1)	-	-	-
Juros demais operações	(32)	-	(2)	-
Variação monetária passiva	(4)	-	-	-
	(37)	-	(2)	-
Resultado financeiro líquido	664	-	44	-

25 Partes relacionadas

25.1 Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem transações financeiras de mútuo, as quais são realizadas em condições normais de mercado. As principais operações das Controladas resumem-se a adiantamentos e aquisição de cana-de-açúcar com suas controladas, conforme descrito na Nota Explicativa 2.

25.2 Operações de Diretores e pessoal-chave da Administração

A administração da Companhia é eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Em 30 de julho de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi realizada a eleição dos diretores da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo designados um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. Ficou estabelecido que, no período de agosto de 2025 a julho de 2026, os diretores não receberão honorários durante este período.

Não ocorreu remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício encerrado em 31 de março de 2026. A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de longo prazo.

25.3 Principais saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos apresentados nas informações contábeis individuais e consolidadas, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas controladas, tal como demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Ativo não circulante				
Contas a receber e outros recebíveis (Nota explicativa 10)				
São João Participações S/A	-	-	229	-
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	-	-	756	-
Agro Pecuária Campo Alto S/A	-	-	2.661	-
Companhia Agrícola São Jerônimo	-	-	64	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.710</u>	<u>-</u>
 Passivo circulante				
Dividendos (Nota explicativa 18)				
Dividendos a pagar pessoas físicas	(901)	-	(692)	-
	<u>(901)</u>	<u>-</u>	<u>(692)</u>	<u>-</u>
 Líquido	<u>(901)</u>	<u>-</u>	<u>3.018</u>	<u>-</u>

A Diretoria

Thomas Ometto Budoya
Diretor – Presidente

Lucas Ometto Budoya
Diretor – Vice-presidente

André Guilherme Pirozzi Buosi
Contador
CRC – 1SP334721/O-0